O que é Fiança Criminal e Como Funciona na Prática?

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 10/09/2025



Fiança criminal é uma garantia financeira que permite a liberdade provisória do acusado, mediante pagamento, para que ele responda ao processo fora da prisão, sendo fixada pelo juiz conforme o crime e a situação econômica do réu.

Você sabe exatamente **o que é fiança criminal e como funciona** quando alguém é preso? Esse mecanismo jurídico é mais comum do que parece e pode fazer toda a diferença na liberdade do acusado. Já pensou em entender melhor esse assunto para não se perder se precisar lidar com ele?

O que é fiança criminal: conceito e finalidade

A **fiança criminal** é uma medida judicial que permite ao acusado responder ao processo em liberdade mediante o pagamento de um valor estipulado pelo juiz. Seu principal objetivo é garantir que a pessoa não permaneça presa antes do julgamento, respeitando o princípio da presunção de inocência.

Ela funciona como uma garantia de que o acusado cumprirá as obrigações decorrentes do processo, como comparecer às audiências. A fiança pode ser fixada em dinheiro ou bens equivalentes e atua como um mecanismo para evitar prisões desnecessárias e prolongadas.

Vale destacar que a fiança não extingue a responsabilidade criminal do acusado, ela apenas assegura a liberdade provisória enquanto o caso é julgado. A legalidade da fiança está prevista no Código de Processo Penal, que determina os critérios para sua concessão e valores.

Finalidade da fiança criminal

A finalidade principal é preservar o direito do acusado à liberdade, sem prejudicar o andamento da justiça. Dessa forma, o sistema evita que pessoas aguardem julgamento presas sem necessidade.

Além disso, a fiança contribui para a administração da justiça ao evitar superlotação nos presídios, permitindo que recursos públicos sejam melhor utilizados. No entanto, o juiz pode negar a fiança em casos de crimes graves ou quando houver riscos à ordem pública.

Quais crimes permitem o pagamento de fiança



Nem todos os crimes permitem o pagamento de fiança. A legislação brasileira determina que a fiança pode ser concedida para delitos considerados menos graves, enquanto crimes graves e hediondos geralmente excluem essa possibilidade.

Crimes que permitem fiança

De acordo com o Código de Processo Penal, a fiança é permitida em casos de crimes **culposos**, como lesão corporal culposa no trânsito, furto simples e pequenos delitos. Também pode ser concedida em crimes dolosos de menor potencial ofensivo.

É importante destacar que a decisão sobre a concessão e o valor da fiança cabe ao juiz, que avalia fatores como a gravidade do crime, antecedentes do acusado e risco à sociedade.

Crimes que não permitem fiança

Crimes hediondos, como homicídio qualificado, estupro e tráfico de drogas, estão geralmente excluídos do benefício da fiança. Nessas situações, a lei veda expressamente sua concessão para evitar riscos à ordem pública e à segurança.

Também em casos de reincidência em crimes graves ou quando há suspeita de que o acusado possa fugir, a fiança pode ser negada. Nestes casos, o acusado permanece preso até o julgamento.

Como é fixado o valor da fiança criminal

O valor da fiança criminal é determinado pelo juiz com base em diversos critérios, visando equilibrar o direito do acusado à liberdade com a segurança da ordem pública. Ele deve ser suficiente para garantir a presença do acusado durante o processo.

Critérios para fixação do valor

Entre os principais critérios estão a gravidade do crime, a situação econômica do acusado e o risco de fuga. Por exemplo, crimes mais graves normalmente resultam em fianças mais altas, enquanto pessoas com menor poder aquisitivo podem ter valores reduzidos para permitir o pagamento.

Além disso, o juiz pode considerar antecedentes criminais e a possibilidade de o acusado atrapalhar as investigações, ajustando a fiança conforme esses fatores.

Limites e possibilidades

Na lei, há um limite máximo para a fiança, que serve para evitar valores excessivos. Caso o juiz entenda que o valor

estipulado não é suficiente para garantir o comparecimento do acusado, poderá negar a fiança.

Em alguns casos, a fiança pode ser substituída por outras medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, especialmente quando o valor torna-se inviável para o acusado.

Passo a passo para pagar a fiança e sair da prisão



Quando uma pessoa é presa em flagrante, é possível que ela pague a fiança para obter liberdade provisória enquanto o processo criminal segue seu curso. **O passo a passo para pagar a fiança** envolve algumas etapas importantes que garantem o direito do acusado.

1. Prisão em flagrante e apresentação ao

delegado

Ao ser detido, o acusado é levado à delegacia para o registro da prisão em flagrante. O delegado então analisa a ocorrência e pode estipular o valor da fiança, se aplicável.

2. Pedido de fiança

O advogado ou o próprio acusado pode requerer a concessão da fiança ao delegado ou diretamente ao juiz, dependendo do caso. Muitas vezes, o juiz é consultado para definir o valor mais justo.

3. Pagamento da fiança

Após a fixação do valor, a fiança deve ser paga, geralmente em dinheiro ou através de bens, que servirão como garantia do compromisso do acusado. O pagamento pode ser feito na delegacia ou na própria justiça.

4. Liberação do acusado

Com a quitação da fiança, o acusado é liberado da prisão provisória, mas deve cumprir obrigações como comparecer às audiências e não se ausentar da comarca.

5. Consequências do não cumprimento

Se o acusado descumprir as condições impostas, a fiança pode ser cassada, e ele poderá ser preso novamente. A fiança funciona como um compromisso legal para garantir a correta tramitação do processo.

Limitações e consequências do pagamento de fiança

O pagamento da fiança não significa que o acusado está livre de todas as consequências do processo criminal. Existem

limitações e efeitos importantes que devem ser compreendidos para não gerar dúvidas.

Limitações após o pagamento da fiança

Mesmo após pagar a fiança, o acusado deve cumprir diversas obrigações, como comparecer às audiências e não se ausentar da jurisdição onde o processo ocorre. O descumprimento dessas condições pode resultar na revogação da fiança.

Além disso, algumas restrições podem ser impostas, como proibição de frequentar determinados lugares ou de manter contato com vítimas e testemunhas.

Consequências do pagamento

O pagamento da fiança garante liberdade provisória, mas não extingue a acusação criminal. O processo continua normalmente, e o acusado pode ser condenado se considerado culpado.

Se o acusado não cumprir as condições impostas, a fiança pode ser cassada, levando à sua prisão novamente. Portanto, a fiança funciona como um compromisso legal para assegurar o bom andamento do processo.

Por fim, o valor pago pode ser retido pelo Estado caso haja descumprimento das regras ou devolvido ao final do processo, dependendo do desfecho do caso.

Considerações finais sobre a fiança criminal

A fiança criminal é uma ferramenta importante para garantir a liberdade provisória do acusado, respeitando direitos e assegurando o andamento do processo.

Entender o funcionamento, os critérios para pagamento e as limitações é essencial para quem deseja saber como agir em

casos de prisão.

Lembre-se de que pagar a fiança não elimina a responsabilidade criminal, mas oferece uma chance de liberdade enquanto o caso é analisado.

Por isso, é importante estar bem informado e contar com apoio jurídico para tomar as melhores decisões nesse contexto.

FAQ – Perguntas frequentes sobre fiança criminal

O que é fiança criminal?

A fiança criminal é uma garantia financeira que permite ao acusado responder ao processo em liberdade provisória mediante o pagamento do valor estipulado pelo juiz.

Quais crimes permitem o pagamento de fiança?

Crimes menos graves, como delitos culposos e alguns crimes dolosos de menor potencial ofensivo, geralmente permitem o pagamento de fiança, exceto crimes hediondos e graves.

Como é fixado o valor da fiança criminal?

O valor da fiança é fixado pelo juiz com base na gravidade do crime, situação econômica do acusado, risco de fuga e outros fatores relevantes.

Como posso pagar a fiança para sair da prisão?

O acusado ou seu advogado pode solicitar a fiança, que deve ser paga em dinheiro ou bens, geralmente na delegacia ou no fórum, para obter liberdade provisória.

Quais são as limitações após o pagamento da fiança?

Após pagar a fiança, o acusado deve cumprir obrigações como comparecer às audiências e não se ausentar da jurisdição. Caso contrário, a fiança pode ser cassada e a prisão restabelecida.

O pagamento da fiança extingue a pena?

Não. O pagamento da fiança garante liberdade provisória, mas o processo criminal continua normalmente até a sentença final.

Fale com um especialista